

### Valadares defende diploma de Comunicação Social em audiência para discutir PEC dos jornalistas

**A** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) realizou audiência pública nesta quinta-feira (1) para discutir a Proposta de Emenda Constitucional 33/2009, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (SE), líder do PSB, que resgata a exigência de diploma para o exercício do jornalismo. “Uma nação democrática como o Brasil não pode agir contra a igualdade”, afirmou Valadares, em referência à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de dispensar a exigência de diploma para os jornalistas.

A audiência contou com a presença dos presidentes da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Sérgio Murillo de Andrade, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), Edson Spenthof e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), Carlos Franciscato. O senador lamentou a ausência de representantes das empresas jornalísticas convidadas.

Todos os participantes apoiaram a PEC de Valadares. Cezar Britto chegou a dizer que a não exigência de qualificação profissional para o exercício do jornalismo “é um risco muito grande para a democracia, porque em lugar de um profissional da área pode ser colocado um testa-de-ferro para ferir princípios básicos do cidadão, sem que se possa coibir os abusos, pois não se trata de um profissional, de quem se exige postura ética e que está sujeito à punição se faltar com ela”. O presidente da OAB foi além, dizendo que a decisão do STF agride direito fundamental da Constituição, que é o direito à informação de qualidade.

Já Edson Spenthof afirmou que estava na audiência para expor os argumentos em favor do diploma de Comunicação Social, como gostaria e não teve oportunidade de fazê-lo para o Supremo. Segundo ele, “não só os jornalistas saíram perdendo com o julgamento do STF, mas principalmente a democracia. E o Senado, diante da iniciativa do senador Valadares com esta PEC está agora restituindo esta democracia”, acrescentou.

Valadares espera que o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator da PEC, conclua seu relatório em breve para que a CCJ possa apreciar a matéria.



Agência Senado

### Seminário debaterá mudança na contribuição de empresas ao INSS

**A** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou, nesta quarta-feira (30), requerimento do senador Renato Casagrande (ES) para realização de um seminário sobre a proposta de substituição do recolhimento do INSS de empresas sobre a folha de pagamento por uma contribuição de 0,5% da movimentação financeira. Essa proposta é da Confederação Nacional de Serviços (CNS), com base em estudo da Fundação Getúlio Vargas.

O evento cuja data ainda será agendada será em conjunto com três comissões técnicas da Câmara dos Deputados. Serão convidados para debater o assunto o ministro do Trabalho, Carlos Lupi; o ministro da Previdência Social, José Pimentel; o ministro da Fazenda, Guido Mantega; o presidente da CNS, Luigi Nesse; e o secretário municipal do Trabalho de São Paulo, Marcos Cintra.

De acordo com Casagrande, os altos custos com pagamento de pessoal das empresas do país afetam a expansão do nível de emprego e a competitividade sistêmica. Por isso, é necessário estudar a viabilidade de alternativas como a sugestão da CNS, sem prejudicar os direitos dos trabalhadores ou reduzir os repasses ao INSS.

“O Brasil precisa de mais empregos, mais recursos para a Previdência Social, e maior competitividade em relação ao mercado externo. Para alcançarmos esses objetivos, temos que reduzir drasticamente os encargos trabalhistas”, afirmou o senador.



Agência Senado